



TRANSFOBIA NO ESPAÇO ESCOLAR: INTOLERÂNCIA CONTRA OS CORPOS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO BRASIL

Ana Paula Benato ¹
Ramon de Oliveira Bieco Braga ²

RESUMO

Esta pesquisa problematiza como as travestis e transexuais vivenciam as espacialidades escolares no Brasil? Para tanto, realizamos uma pesquisa teórica acerca dos artigos científicos publicados com estas inquietações. Operacionalmente, conseguimos identificar 13 artigos que discorrem em torno de docentes e docentes que estão circunscritos(as) nas interdições espaciais escolares. Os resultados obtidos demonstram que a interdição espacial vivenciada por travestis e transexuais é fruto da transfobia, sendo o espaço escolar o mais marcante na vida dessas pessoas. Constatamos que mesmo com as denúncias de situações transfóbicas no mundo acadêmico e científico, ainda tem muita coisa que pode e deve ser abordada neste mundo, com a finalidade de aproximar academia das dinâmicas sociais. Sugerimos pesquisas que abordem práticas transfóbicas segundo quem as proferem, com a finalidade de compreendermos se essas pessoas estão sensibilizadas com o fenômeno que estão difundindo, vislumbrando ampliar inteligibilidades em torno da prática transfóbica.

Palavras-chave: Espaço Escolar, Transexuais, Transfobia, Travestis.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa problematizou como as travestis e transexuais vivenciam as espacialidades escolares no Brasil? A questão norteadora apresentada decorreu em virtude da realização de uma reflexão teórica solicitada para a conclusão da disciplina ‘Gênero e Sexualidades na Análise Geográfica’ que, durante o segundo semestre de 2018, foi ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Neste Programa de Pós-Graduação, o qual atualmente possuímos vínculo como discentes, existe o Grupo de Estudos Territoriais (GETE) que, na Geografia, vem desenvolvendo – desde o final dos anos 2000, reflexões teóricas ancoradas nas vivências espaciais de travestis e transexuais (ORNAT, 2008; 2011; SILVA, 2013; CARNEIRO, 2014; CABRAL, 2015; BRAGA; ORNAT, 2017; BRAGA; ORNAT, 2019).

¹ Mestranda em Gestão do Território, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, Ponta Grossa, Paraná, anapaulabenato043@gmail.com.

² Doutorando em Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, Ponta Grossa, Paraná, ramonbieco@hotmail.com.



Com base nas nossas vivências com grupos de travestis e transexuais, que tivemos a oportunidade de conviver nas Organizações Não Governamentais (ONG's) Renascer (Ponta Grossa/PR) e Transgrupo Marcela Prado (Curitiba/PR), compreendemos que o corpo dessas pessoas deve se tornar inteligível com base nas reflexões ancoradas em Foucault ([1976] 2012), Scott ([1989] 1995) e Butler ([2003] 2016).

Foucault ([1976] 2012) concebe o corpo e a sociedade em uma matriz heterossexual que, desde o século XVII, naturalizou a existência do casal heterossexual, monogâmico e obediente aos dispositivos que controlam a sexualidade, norteados pelas instituições sociais como a Igreja, o Estado e a Família. As pessoas subversivas a matriz heterossexual como os homossexuais, as travestis e transexuais, devem ser corrigidas pela Medicina para que pudessem ser (re)enquadradas na sociedade heteronormativa.

Considerando o pensamento foucaultiano, Scott ([1989] 1995) critica a naturalização dos corpos de gêneros binários (homem/mulher), pois as pessoas vivenciam espacialmente discrepantes condições sociais, culturais, políticas e econômicas. Portanto, a identidade de gênero não deve reduzir as expressões corporais somente em duas.

Nesse sentido, Butler ([2003] 2016) critica os princípios essencialistas da sociedade que naturaliza a heterossexualidade compulsória. A autora declara que não existe razão que determine e/ou justifique, a existência natural de somente duas identidades de gêneros. Pelo contrário, o corpo, a sexualidade e o gênero das pessoas devem ser pluralmente vivenciados espacialmente de forma dinâmica e fluída. O pensamento butleriano nos faz refletir que os corpos das travestis e transexuais são subversivos a heterossexualidade compulsória. Essa inteligibilidade reflete nas estatísticas de violência contra essas pessoas.

No Brasil, as travestis e transexuais são pessoas que possuem a expectativa de vida de 35 anos (ANTUNES, 2010). Segundo o Relatório anual do Grupo Gay da Bahia (GGB, 2018), estas pessoas são brutalmente violentadas e assassinadas por não se enquadrarem no cânone heteronormativo. Os dados publicados por esse relatório, denunciam que 20% dos episódios de transfobia (aversão as pessoas travestis, transgêneros e transexuais) ocorreram com pessoas que transitam na fase da adolescência, isto é, durante a fase da vida em que as pessoas cursam a escolarização da educação básica.

Nesse contexto, a realização desta pesquisa se justificou sob duas perspectivas, a saber: a) sistematizar o conhecimento científico com base na organização dos artigos que abordam o tema em tela; bem como b) exortar novos diálogos em torno da transfobia vivenciada por

travestis e transexuais nos espaços escolares – mediante socialização desta pesquisa no IV Seminário Internacional Desfazendo Gênero.

O objetivo desta pesquisa foi o de compreender como as pesquisas científicas tornam inteligível a transfobia vivenciada por travestis e transexuais nos espaços escolares. Para tanto, operacionalmente realizou-se uma pesquisa teórica (on-line) acerca dos artigos científicos publicados sobre a transfobia, com os descritores ‘travesti’, ‘transexual’ e ‘espaço escolar’. Os resultados localizaram 13 artigos, a saber: Shimura e Santos (2011), Silva, Barros, Oselame e Dutra (2012), Cabral, Ornat e Silva (2013), Lessa e Oliveira (2013), Oliveira e Grossi (2013), Torres e Prado (2014), Franco e Cicillini (2015), Santana e Maio (2015), Franco e Cicillini (2016), Cruz e Santos (2016), Franco (2016), Grossi, Oliveira e Silva (2017) e Caravaca-Morera e Padilha (2018). Essas pesquisas foram analisadas sob a perspectiva de atender o objetivo anteriormente exposto. Os resultados são apresentados na sequência.

REFLEXÕES EM TORNO DA TRANSFOBIA NAS ESPACIALIDADES ESCOLARES

Shimura e Santos (2011), demonstram que as travestis e transexuais são pessoas sujeitas as normas e regulações em seus corpos, como o implante de silicones industriais, trejeitos do universo feminino e a ingestão hormonal, para se enquadrarem em um mundo fundamentado em uma lógica que naturaliza as identidades de gêneros binárias masculino e feminino.

A pesquisa desenvolvida problematizou que as travestis e transexuais são amplamente estigmatizadas pela sociedade heteronormativa, resultando no desconforto e traumas na vida das travestis e transexuais, sobretudo em virtude dos episódios de situações vexatórias que elas enfrentam cotidianamente. Dentre esses episódios, as espacialidades familiares (casa de parentes e/ou amiliares) são as primeiras instâncias em que essas pessoas são discriminadas, rejeitadas e objetificadas (op. cit).

Os mesmos autores evidenciaram que em relação as espacialidades escolares o mesmo é verificado, pois a escola reproduz os discursos discriminatórios e excludentes, evidenciando que essas pessoas não são bem-vindas nesses locais, que pode ser elucidada pelas expulsões e transferência, que denunciam o descaso com a população de travestis e transexuais que sofrem nesses espaços.

Shimura e Santos (2011) afirmam a existência de tentativas para discutir questões de gênero no espaço escolar, esmerando-se que as políticas públicas estejam trabalhando em prol da inclusão de travestis e transexuais nas espacialidades escolares. Porém, por outro lado, as

ações práticas das políticas públicas não alcançarão os seus objetivos, se não estiverem aliadas a discussões e cursos, para os(as) docentes que trabalham com essas pessoas vítimas das discriminações sociais, bem como trabalhar com discentes opressores que violentam travestis e transexuais.

A violência espacial das travestis e transexuais foi problematizada por Silva, Barros, Oselame e Dutra (2012) quando os(as) pesquisadores(as) relaram que ano de 2010, foram registrados 260 óbitos de gays, travestis, transexuais e lésbicas, denunciando a transfobia marcada contra essas pessoas.

Os autores mencionados anteriormente, acrescentam que a violência sofrida pela população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) que mais se destaca é a violência moral. A população LGBT entrevistada na pesquisa citada anteriormente, evidenciou que entre os diferentes tipos de violência que sofrem diariamente, a moral é a violência que mais atinge e causa traumas, ao ponto dessas pessoas se privarem de seus direitos sociais como, por exemplo, o acesso escolar pelo medo de sofrerem algum tipo de violência.

A transfobia pode acontecer em diferentes momentos da vida das travestis e transexuais e dentre esses momentos, Silva, Barros, Oselame e Dutra (2012) destacam o acesso às especialidades de saúde. Os(as) pesquisadores(as) entrevistaram 12 travestis e as repostas tinham um fio condutor que girava em torno do despreparo de profissionais da saúde para atendê-las, sendo pela negligência de políticas públicas de saúde ou a prática transfóbica exercida de forma descarada ou velada.

A transfobia também foi abordada pela pesquisa realizada por Lessa e Oliveira (2013), que discorreram sobre os problemas sociais em torno do uso do nome social e interdição espacial, de travestis e transexuais, nos espaços escolares no contexto da educação brasileira, sendo que no contexto escolar, o nome social causa constrangimento às travestis e transexuais, que se sentem desmotivadas em frequentar os espaços escolares, evadindo-se dos mesmos.

Lessa e Oliveira (2013), destacam que a conquista legal do nome social foi somente o início para que travestis e transexuais se sintam bem-vindas nos espaços escolares, pois essa conquista ainda enfrentará obstáculos e será necessário militância para que esse direito seja garantido e respeitado.

Nesse sentido, Lessa e Oliveira (2013) ressaltam que essas conquistas alcançadas são frágeis porque algumas portarias podem ser revogadas com a mudança de governo, sobretudo quando a gestão marginaliza as pessoas que subvertem a heteronormatividade.

De acordo com Cabral, Ornat e Silva (2013), que realizaram uma pesquisa com travestis no município de Ponta Grossa, Paraná, a subversão à heteronormatividade posiciona as travestis a vivenciarem espacialmente a violência física e a violência simbólica. A pesquisa indicou que elas se apresentam marginalizadas na sociedade, exemplificado pela reprodução da ordem heteronormativa instaurada na sociedade ocidental que as marginaliza.

A violência sofrida por travestis e transexuais de modo mais notável, é algo vivenciado cotidianamente na vida dessas pessoas, sendo que o óbito também faz parte dessa realidade. Os(as) mesmos(as) autores(as) ressaltam ainda que a transfobia sofrida pelas travestis e pessoas transexuais, produzem sofrimento físico e sexual, bem como adoecimento psicológico (op. cit.).

Ao que tange a transfobia, esta é capaz de interditar os mais pluarais espaços de convívio social. Verifica-se que esta prática ocorre nas mais discrepantes espacialidades e, conforme constatado na pesquisa pelos(as) pesquisadores(as), o espaço escolar está associado a experiências negativas na vida destas pessoas (CABRAL; ORNAT; SILVA, 2013).

Torres e Prado (2014) relacionam o baixo rendimento da escolarização vinculado a violência nestes espaços. Os autores compreendem que a transfobia presente nos espaços escolares, pode ser interpretada como um dispositivo que regula as normas de gênero e as dinâmicas inter-relacionais.

Objetivando explorar como a transfobia é contemplada pelos(as) docentes nos espaços escolares, Santana e Maio (2015) desenvolveram uma pesquisa em que foram entrevistados(as) 12 docentes que trabalham na rede pública e na rede particular de ensino, do município de Maringá, Paraná, e lecionam a disciplina de Ciências e Biologia. Os resultados identificaram que todos(as) os docentes afirmaram que possuíam especialização em educação especial, contudo, esta formação não embasa cientificamente e teoricamente estes docentes, pois na hora de trabalharem o conteúdo que se refere a diversidade sexual e gênero em sala de aula, apareciam as dificuldades de abordarem estes temas. Desse modo, constatou-se que os(as) docentes não souberam distinguir a aplicação de um curso de educação especial em relação a transfobia e também foi constatado, com base nas entrevistas, que os(as) mesmos(as) fazem menções ao determinismo biológico para explicar identidade de gênero e orientação sexual.

Neste contexto, a pesquisa citada anteriormente evidenciou o despreparo dos(as) docentes para tratarem temáticas ao que tange diversidade de gênero e sexualidades, tanto como conteúdo programático, como nas relações existentes dentro de uma sala de aula e este cenário, acabou por exortar a evasão escolar da população de travestis e transexuais, pois a escola não está preparada para recebê-la.

O despreparo do espaço educacional para receber essa população, também é evidenciado por Franco e Cicillini (2015) quando afirmam que este espaço possui um papel disciplinador ao que tangencia disciplinamento e controle sob os corpos que nele se inserem, e desse disciplinamento perante os corpos e as normas que os regem, destacaram-se as preocupações com as temáticas de gênero e sexualidade no contexto educacional brasileiro.

A preocupação com as temáticas enunciadas acima, se remetem a segunda metade do ano de 1980, quando emergiram interesses acadêmicos, principalmente da pós-graduação, em pesquisar e visibilizar a população LGBT que até então se apresentava marginalizada perante a sociedade e, conseqüentemente, sem representatividade no âmbito acadêmico (op. cit.).

A compreensão acadêmica em torno do termo transfobia recebeu, no início do século XX, uma contribuição teórica e filosófica acerca de uma perspectiva decolonial das relações sociais entre os corpos humanos. Trata-se da necropolítica. Este termo é concebido, por Mbembe (2016), como uma soberania do Estado moderno que dita às regras sobre os corpos de quem deve morrer e aqueles que podem viver. O autor escreve que existem diferentes formas da vida humana sobreviver, e dentre elas algumas pessoas ou grupos estão mais suscetíveis a situação de vulnerabilidade, sendo possível a exemplificação desse fenômeno por parte da população de travestis e transexuais, por não seguirem a heteronormatividade vigente, sendo este um pressuposto utilizado como desculpa para tirar a vida de pessoas que subvertem as normas sociais. No contexto transfóbico, as pessoas que decidem ofender, espancar e/ou matar uma travesti ou uma pessoa transexual, além de ser uma pessoa violenta e cometer um crime, possuem o status de não ser dissidente da heteronormatividade, justificando sua ação violenta.

Todavia, as práticas transfóbicas não ocorrem somente quando as travestis e pessoas transexuais se posicionam como discentes nos espaços escolares. Franco (2016) objetivou problematizar como a presença do corpo das docentes transexuais na sala de aula, afeta os(as) discentes. Nesse sentido foram entrevistadas 12 docentes e foi possível evidenciar que o espaço escolar é interdito e passível de transfobia tanto por parte dos(as) discentes como por parte dos(as) docentes. A autora discorre ainda que a transfobia acontece em espaços marcados, ocorrendo de forma mais descarada em relação ao uso do nome social, pois este muitas vezes não é respeitado, mesmo sendo um direito conquistado. O acesso aos banheiros também merece atenção, porque travestis e transexuais não se enquadram na heteronormatividade vigente na sociedade em que divide os banheiros entre masculinos e femininos, resultando em pessoas que se deparam com a impossibilidade de acesso aos banheiros, em virtude do risco de sofrerem

violência física e/ou psicológica, além de ser prejudicial para a saúde física destas pessoas em relação as necessidades biológicas serem privadas em um determinado espaço e tempo.

Além da pesquisa realizada por Franco (2016), Cruz e Santos (2016) entrevistaram 2 docentes da rede pública de ensino no estado de Santa Catarina. A pesquisa objetivou elucidar a vivência espacial conflituosa dessas professoras ao que tange o período em que estavam na educação básica e também no ensino superior, problematizando se a transfobia sofrida por elas gerou resistência e não as fez desistirem de estudar. Os resultados obtidos denunciaram que a escola se destaca como um espaço interdito para as pessoas que não seguem a heteronormatividade instaurada, ressaltando que as questões de gênero não são abordadas de forma coerente por parte dos(as) docentes, seja na educação básica ou no ensino superior. Entretanto, a resistência e os movimentos sociais LGBT³ são mecanismos capazes de mudarem a realidade vivenciada por esta parcela da sociedade que se apresenta vulnerável.

Considerando a problemática da transfobia nos espaços escolares, Franco e Graça (2016) realizaram uma pesquisa bibliográfica que demonstrou a preocupação da sociedade acadêmica com a transfobia, verificado que o tema tem ganhado força ao que concerne a denúncia dessa prática. Todavia, há uma necessidade intrínseca em realizar mais pesquisas que evidenciem esse fenômeno.

Contudo, mesmo com a vulnerabilidade das pessoas transexuais, ao que concerne o espaço escolar, Franco e Graça (2016) afirmam que estas pessoas possuem uma relação de pertencimento com este espaço e desse sentimento, emergiu a necessidade de militar por direitos que possibilitem a permanência delas nestes espaços de forma respeitosa.

Corroborando com Franco e Graça (2016), Grossi, Oliveira e Silva (2017) também realizaram uma pesquisa que objetivava identificar a produção acadêmica sobre os temas que abrangem as questões de gênero e transfobia. Na pesquisa desenvolvida por Grossi, Oliveira e Silva (2017), constatou-se que os(as) docentes(as) estão despreparados(as) para lecionarem para travestis e transexuais, pois essa população não é abordada nas matrizes curriculares dos cursos superiores de graduação que formam licenciados(as) para trabalharem com docentes nos espaços escolares.

Devido ao despreparo dos(as) docentes e profissionais de saúde, em receberem e respeitarem a população de travestis e transexuais, Caravaca-Morera e Padilha (2018) escrevem que os episódios de transfobia, devem ser compreendidos não apenas pelo estado físico do corpo atingido fisicamente, mas também se deve considerar quando o nome social não é

³ As siglas utilizadas neste texto são fidedignas as nomenclaturas utilizadas nos artigos citados.

respeitado, quando são expulsas de casa, quando são interditas do espaço escolar, dentre outras situações de transfobia, pois nessas situações elas morrem de forma simbólica que é tão grave quanto a física.

Assim sendo, Caravaca-morera e Padilha (2018) avançam na leitura da necropolítica apresentada anteriormente por Mbembe (2016), quando escrevem sobre a existência de um poder sobre a vida das pessoas que julgam quais são os corpos que podem viver e os que devem morrer simplesmente pelo fato de serem o que são. Caravaca-Morera e Padilha (2018) afirmam que as vidas que importam são as cisnormativas, e a população de travestis e transexuais são descartáveis por subverter a lógica normativa inserida pela heteronormatividade, tornando essa população mais vulnerável que as demais.

As pesquisas acadêmicas sobre o tema vêm fomentando reflexões em torno dessa violência, na angústia e esperança de que existam dados para subsidiarem a criação e manutenção de políticas públicas que combatam a transfobia e que a mesma seja criminalizada no país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas que trouxemos para realizar a discussão teórica, demonstraram que a transfobia é um fenômeno que ocorre cotidianamente nos espaços escolares, sendo um fator relevante para a não permanência de pessoas travestis e transexuais nestes espaços, pois a escola é apontada como um dos espaços que mais é interdito para as pessoas travestis e transexuais.

A fundamentação teórica que utilizamos para responder à questão problematizadora, subsidiou a compreensão do tema. Entretanto, constatamos que a transfobia, mesmo ganhando espaço para ser evidenciada e denunciada, ainda encontra entraves na publicação de artigos e na realização de pesquisas no nível de mestrado (dissertações) e doutorado (teses) que abordem esta temática, devido ao preconceito acadêmico com temas que tangenciam questões que subvertem a escrita acadêmica brasileira androcentrica.

Assim sendo, sugerimos que existam novas pesquisas científicas que abarquem a temática transfobia nos espaços escolares, mas por outros vieses ainda não abordados, isto é, investigar a transfobia com as práticas de quem a profere de modo a compreender se as pessoas transfóbicas são sensíveis com este fenômeno.

Além dessas pesquisas, socializamos que deve existir nas ONG's brasileiras, que acolhem a população de travestis e transexuais, cursos solidários que (re)aproximem as travestis

e transexuais dos espaços escolares. Muitas dessas pessoas foram expulsas dos bancos escolares, em decorrência da transfobia. Logo, elas possuem tristes memórias sobre os espaços escolares.

Em Curitiba/PR, a ONG Transgrupo Marcela Prado ofertou, entre os anos 2016 a 2018, um curso solidário deste estilo. Tivemos a oportunidade de lecionar para essas pessoas que buscavam dar continuidade a escolarização. Desse modo, oportunidades como essa (re)aproximam travestis e transexuais dos espaços escolares.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Pedro Paulo Sammarco. **Travestis envelhecem?** 268 f. Dissertação (Mestrado em Gerontologia) – Departamento Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2010.
- BRAGA, Ramon de Oliveira Bieco; ORNAT, Marcio José. Relações entre saúde e doença nas espacialidades discursivas das mulheres trans e travestis em Ponta Grossa, Paraná. **Terr@ Plural**, v. 13, p. 189-207, 2019.
- BRAGA, Ramon de Oliveira Bieco; ORNAT, Marcio José. Vivência das Travestis e Transexuais nos espaços (in)formais de saúde em Curitiba, Paraná. In: **Anais do VIII Simpósio Nacional e V Fórum Internacional de Geografia da Saúde**. Dourados/MS: UFGD/GESF, 2017. p. 793-804.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 11ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [2003] 2016.
- CABRAL, Vinicius. **Espaço e morte nas representações sociais das travestis e transexuais femininas**. 101 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa/PR, 2015.
- CABRAL, Vinicius; ORNAT, Marcio Jose; SILVA, Joseli Maria. As relações entre espaço, violência e a vivência travesti na cidade de Ponta Grossa – Paraná – Brasil. **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente, v. único, n. 35, p.118-135, 2013.
- CARAVACA-MORERA, Jaime Afonso; PADILHA, Maria Itayra. Necropolítica trans: diálogos sobre dispositivos de poder, morte e invisibilização na contemporaneidade. **Texto Contexto Enferm**. Florianópolis, n. 2, p. 01-10, 2018.
- CARNEIRO, Marcia Tobias. **Vivências espaciais da saúde no grupo de travestis e transexuais na cidade de Ponta Grossa – Paraná**. 109 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa/PR, 2014.
- CRUZ, Tânia Mara; SANTOS, Tiago Zeferino dos. Experiências escolares de estudantes trans. **Revista Reflexão e ação**. Santa Cruz do Sul, v.24, n.1, p. 115-137, jan./abr. 2016.
- FRANCO, Neil. A educação física como território de demarcação dos gêneros possíveis: vivências escolares de pessoas travestis, transexuais e transgêneros. **Motrivivência**, Juiz de Fora/MG, v. 28, n.47, p.47-66, 2016.
- FRANCO, Neil; CICILLINI, Graça Aparecida. Travestis, Transexuais e Transgêneros na escola: um estado de arte. **Caderno de Pesquisa**. São Luís/MA, v. 23, n. 02, p. 122-137, mai./ago. 2016.

FRANCO, Neil; CICILLINI, Graça Aparecida. Universo trans e educação: construindo uma área de conhecimento. In: **Anais da XXXVII Reunião Nacional da ANPED**, Florianópolis/SC, 2015, v. Único, p. 01-17.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 22ª impressão. Rio de Janeiro: Edições Graal, [1976] 2012.

GGB – Grupo Gay da Bahia. Relatório Anual dos assassinatos LGBT no Brasil - 2018. Disponível em: < <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2019/01/relatorio-2018-1.pdf> > Acesso em: 20/06/2019.

GROSSI, Marcia Gorett Ribeiro; OLIVEIRA, Eliane Silvestre; SILVA, Livia de Cássia. Transexualidade na formação do professor da educação básica: desvelando a realidade brasileira. **Revista Humanidades**. Fortaleza/CE, v.32, n. 02, p. 180-192, jul./dez. 2017.

LESSA, Patrícia; OLIVEIRA, Marcio. A invisibilidade dos transexuais na educação: análise dos discursos legais sobre o nome social nas escolas do Brasil. **Caderno de Gênero e Tecnologia**. Maringá, v. 07, n. 25/26, p.129-141, jan./jun. 2013.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**. Rio de Janeiro, n. 32, p. 122-151, 2016.

OLIVEIRA, Melissa Barbieri de; GROSSI, Miriam Pillar. A invenção das categorias travesti e transexual no discurso científico. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v.22, n. 02, p.687-702, mai./ago. 2013.

ORNAT, Marcio Jose. **Território da prostituição e instituição do ser travesti em Ponta Grossa/PR**. 160 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa/PR, 2008.

ORNAT, Marcio Jose. **Território descontínuo e multiterritorialidade na prostituição travesti através do sul do Brasil**. 278 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2011.

SANTANA, Naomi Neri; MAIO, Eliane Rose. Transexualidade e ensino: a visão do profissional da educação. In: **Anais do XXIV Encontro anual de iniciação científica e IV Encontro de iniciação científica júnior**, Maringá/PR, 2015, v. Único, p. 01-04.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.20, n.02, jul./dez., p.71-99, [1989] 1995.

SHIMURA, Joyce Mayumi; SANTOS, Patrícia Lessa dos. Travestis e educação: a escola é para todos(as)? In: **Anais do II Simpósio Internacional de Educação Sexual e II Simpósio Internacional de Educação Sexual gênero, direitos e diversidade sexual: trajetórias escolares**, Maringá/PR, 2011. v. Único. p. 01-09.

SILVA, Everson Xavier da; BARROS, Adilson José de; OSELAME, Gleidson Brandão; DUTRA, Denecir de Almeida. Violência contra LGBT em Pinhais – PR. **Kur'yt'yba**. Curitiba, v. 04, n. 01, p.53-68, 2012.

SILVA, Joseli Maria. Espaço interdito e a experiência urbana travesti. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. (org.). **Geografias malditas: corpos, sexualidades e espaços**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2013. p.143-182.

TORRES, Marco Antônio; PRADO, Marco Aurélio. Professoras transexuais e travestis no contexto escolar: entre estabelecidos e outsiders. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 39, n. 01, 201-220, jan./mar. 2014.